

## REUNIÃO DE CONJUNTURA

16/10/2017

### Conjuntura Local

A vaca sagrada da economia (Carlos Luque, Simão Silber e Roberto Zagher – 11/10/2017) .....	1
China cria empregos no Brasil (André Soares – 11/10/2017) .....	3
Defasagens na política econômica (Samuel Pessôa – 08/10/2017).....	5
Brazil's congress starts to reform itself (05/10/2017) .....	6
O que abriu as portas para Bolsonaro? (Fernando Dantas - 10/10/2017) .....	7
Uma Análise de Oferta e Demanda para as Eleições de 2018 (Marcelo Kfoury Muinhos - 11/10/2017) .....	8

## **A vaca sagrada da economia (Carlos Luque, Simão Silber e Roberto Zaghera – 11/10/2017)**

*Carlos Luque é professor da Faculdade de Economia e Administração da USP e presidente da Fipe.*

*Simão Silber é professor da FEA-USP.*

*Roberto Zaghera, no Banco Mundial a partir de 1980, encerrou a carreira em 2012 como Secretário da Comissão sobre o Crescimento e o Desenvolvimento, e diretor para a Índia.*

\* \* \*

A sociedade brasileira enfrenta desafios enormes. As dimensões dos problemas foram discutidas nestas colunas por vários economistas: globalização das finanças numa economia real isolada do mercado mundial, finanças públicas insustentáveis, falta de infraestrutura, declínio do investimento privado desde 1980 e desindustrialização. Nos três últimos anos, cortes em gastos públicos criaram carências de serviços públicos essenciais. O Rio de Janeiro ilustra o que pode acontecer com o resto do país. Bons gestores nos Estados não podem compensar as consequências de uma economia que encolheu 7% em dois anos.

Não é tudo. Uma dimensão pouco discutida dos problemas econômicos é o custo que o setor financeiro impõe à economia brasileira. Em todos os países o setor financeiro tem a importantíssima tarefa de alocar capital aonde gera mais valor, seja em investimento, seja em consumo. Para prestar estes serviços o setor financeiro brasileiro absorve 8% do PIB do país. Ou seja 8% do PIB se destinam a pagar os salários dos que trabalham no setor financeiro e os lucros dos que investem seus ativos no setor financeiro. É uma parcela importante do PIB. A agropecuária mal chega a 6%. A indústria de transformação representa 11%. Nos Estados Unidos o setor financeiro, também absorve 8% do PIB, mas gera um volume de crédito equivalente a 240% do PIB, enquanto que no Brasil gera um volume de crédito equivalente a 110% do PIB. Ou seja, o custo é mais que o dobro.

Este custo tem pouco a ver com os historicamente altíssimos juros no Brasil. O setor financeiro também tem que pagar juros altos sobre os recursos que mobiliza. O custo tem a ver com o spread: a diferença entre os juros que o setor financeiro paga e os juros que cobra. Já em 1999 o Banco Central tinha observado o alto nível do spread. Passados 18 anos, pouco se fez para corrigir estes custos. Uma apresentação do presidente do BC em janeiro deste ano novamente observa os altos níveis de spread e a necessidade de reduzi-los. Um trabalho mais recente da Confederação Nacional da Indústria chega aos mesmos resultados e também mostra o spread no Brasil como o maior do mundo: 6 vezes mais alto do que nos EUA, 9 vezes mais alto do que na Europa, e de 4-6 vezes mais alto do que na China, Venezuela e Colômbia. O spread no Brasil está fora das normas, e não por pouco.

# Finanças rentáveis

Evolução do Ibovespa, 3 de janeiro = 100



Fonte: autores

A apresentação feita pelo presidente do BC atribui o alto spread à inadimplência, lucros, impostos e despesas administrativas. Os lucros representam 25% do spread. Um quarto de um spread fora das normas se traduz em alta rentabilidade para os bancos. O gráfico mostra as ações do setor financeiro comparadas ao Ibovespa geral e ilustra bem a alta rentabilidade do setor. Uma pessoa que tivesse investido R\$ 100 em janeiro de 2005 numa carteira de ações representativa do Ibovespa teria um patrimônio de R\$ 275 em julho deste ano. Tivesse esta pessoa investido numa carteira composta exclusivamente em ações do setor financeiro, teria R\$ 880, três vezes mais. Estes dados sugerem que o setor financeiro prospera ao custo do resto da economia.

O que explica esta situação? O setor financeiro é um oligopólio. Segundo o último Relatório de Estabilidade Financeira do Banco Central (abril de 2017), quatro bancos detinham 79% do estoque de crédito do país. Um pequeno número de instituições, incluindo as estatais, controla o mercado, controla o spread e assim controla os lucros. O oligopólio não é regulado pelas autoridades monetárias nem pelo Cade. Um exemplo recente é a compra da XP-Investimentos pelo Itaú. Esta aquisição vai aumentar mais ainda a capacidade do oligopólio financeiro de controlar o mercado e inibir a concorrência.

Estudos recentes do setor financeiro nos EUA e Europa observam que a desregulação do setor financeiro, em marcha desde a década de 1980, nada fez para aumentar a concorrência e reduzir spreads. Ao contrário, aumentou a concentração e, como é o caso no Brasil, o mercado financeiro nos EUA é controlado por um pequeno número de instituições financeiras com poder de mercado e, talvez mais importante, poder político. O fato do sistema financeiro americano ser mais eficiente que o brasileiro não significa que ele esteja na fronteira da eficiência. Só mostra a distância que o sistema financeiro brasileiro tem a percorrer.

Nos EUA e Europa, sobretudo nos meios acadêmicos, tem-se uma consciência cada vez mais clara de que um sistema financeiro alavancado pode impor altos custos à economia real. Além dos custos associados à ineficiência do setor financeiro tem-se o custo associado às crises decorrentes de empréstimos excessivamente arriscados, à reciclagem dos petrodólares nos anos 1970 e 1980 e à crise subsequente da dívida externa no Brasil e vários outros países; Savings and Loans em 1989 nos EUA; a crise financeira asiática em 1997, a da Rússia em 1999; Argentina em 2000; a crise de 2008 nos EUA; e, mais recentemente, Grécia, Portugal, e Irlanda em 2010-2011. O custo financeiro destas crises foi alto, de vários pontos do PIB, pagos pelos contribuintes.

Mais grave ainda, estas crises também tiveram custos econômicos altos: queda do PIB e desemprego.

Os custos crescentes do setor financeiro levantam dúvidas sobre o valor social da contribuição do setor à economia. A preocupação de economistas com o verdadeiro valor da contribuição do setor financeiro é antiga e persistente. Keynes já tinha comparado o setor financeiro a um cassino. Nos anos 1980 o prêmio Nobel James Tobin escreveu "... estamos dedicando cada vez mais recursos...em atividades financeiras muito distantes da produção de bens e serviços, atividades estas que geram benefícios privados sem relação com sua produtividade social". Mais recentemente, em 2009, o prêmio Nobel Robert Solow, observou: "... se permitiu ao crescimento do setor financeiro chegar a um ponto onde sua contribuição marginal é provavelmente menor que a instabilidade que ele gera".

Os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (INSS) são de 8% do PIB, equivalentes aos recursos absorvidos pelo setor financeiro. Justificadamente, tem se destacado o custo da Previdência e a necessidade de controlá-lo. Apesar de sem resultados ainda, o Executivo, o Congresso e o setor privado têm discutido extensivamente o problema previdenciário. Quando se trata do custo do setor financeiro o silêncio é grande. Há um grande contraste entre a intensidade do debate sobre a previdência e o silêncio sobre o setor financeiro. Os que vão sofrer de uma reforma da previdência serão 33 milhões de trabalhadores pouco organizados para defender seus interesses. Os que sofreriam com uma reforma pondo limites nos ganhos do setor financeiro são os interesses concentrados nas elites. Isto torna a tarefa de reformar o sistema financeiro mais difícil, mas não menos importante.

---

Fonte: Valor Econômico

## **China cria empregos no Brasil (André Soares – 11/10/2017)**

*André Soares é non-resident fellow do Adrienne Arnst Latin America Center do Atlantic Council e ex-coordenador de Pesquisa do Conselho Empresarial Brasil-China.*

\* \* \*

Não é de hoje que cabe à China o papel de vilão no relacionamento com a indústria brasileira. Em quase todas as discussões sobre o processo de desindustrialização pelo qual passa o Brasil, o país asiático sempre figura entre as principais, senão a principal causa deste fenômeno.

O raciocínio que sustenta esta linha de argumentação se inicia com a competição desleal chinesa e termina nos impactos deletérios que esta traz para o mercado de trabalho brasileiro como um todo. No entanto, dois estudos empíricos lançados neste último ano trazem à tona uma narrativa mais ponderada sobre este tema. A evidência indica que nos últimos anos o comércio com a China foi positivo para a geração de empregos, porém negativo quando se considera a qualidade dos empregos gerados.

Começamos pelo estudo lançado pela Organização Internacional do Trabalho. Intitulado "Os efeitos da China na quantidade e qualidade do emprego na América Latina e Caribe", este trabalho indica que o Brasil foi o país da região onde o comércio com o China teve maior impacto positivo na geração de empregos. No período de 1995 a 2011, considerando a quantidade de empregos gerados e perdidos, os autores estimaram um saldo positivo de 1,35 milhão na geração de empregos em função do comércio do Brasil com a China. Isso representa 4,38% do total de empregos líquidos criados neste período.

Ao desmembrar o impacto do comércio com a China por diferentes setores da economia, fica claro os motivos pelos quais há uma retórica tão negativa sobre este tema no Brasil. O estudo estima que 595 mil empregos foram perdidos na área da

indústria, sendo os principais perdedores os setores de computadores (195 mil), calçados e têxteis (105 mil) e varejo (50 mil).

No entanto, o volume perdido é facilmente ultrapassado pelo número de empregos criados em setores que fazem parte do complexo exportador brasileiro, responsável por um total de 1,95 milhão de empregos gerados. As exportações de soja e de produtos agrícolas contribuíram com 590 mil e as exportações de minério de ferro com 413 mil. Apesar de estes setores não empregarem tanto como a indústria, o crescimento deles durante o boom das commodities foi tão elevado que o impacto positivo na geração de emprego superou, e muito, as perdas da indústria.

Já o relatório lançado pelo Atlantic Council, intitulado "Desenvolvimento Industrial na América Latina: Qual é o papel da China?", que trata do papel da China no processo de desindustrialização na região latino-americana, traz outro ponto novo para esta discussão. O resultado do modelo de equilíbrio geral estimado para o tamanho da indústria local em um cenário de competição chinesa moderada indica que algumas indústrias foram capazes de se beneficiar da importação de partes e componentes chineses mais baratos para se manter no mercado. Se por um lado a competição chinesa foi fatal para produtores de partes e componentes, por outro ela foi positiva para as empresas mais acima na cadeia de valor que se beneficiaram destas importações com preços mais baixos.

Não que isso seja positivo, porém tem o impacto de amortecer a perda total de empregos que a indústria teve. Em outras palavras, a indústria teria perdido ainda mais empregos caso este fenômeno não tivesse ocorrido. Isso é explicado pelo fato de que empresas que saíam do mercado em função de altos custos de insumos, continuaram produzindo e como consequência mantiveram sua força de trabalho.

Apesar do impacto positivo gerado no número de empregos, o mesmo não pode ser dito sobre a qualidade dos mesmos. Os empregos gerados pela China no complexo exportador brasileiro estão correlacionados com salários menores que os perdidos pela competição chinesa. De acordo com dados do IBGE, o salário médio em áreas de agricultura e da indústria de transformação varia entre dois e três salários mínimos por mês. Por outro lado, os salários em segmentos da indústria são maiores, como na produção de computadores (4,1 salários mínimos), na fabricação de máquinas e componentes elétricos (4 salários mínimos), e máquinas e equipamentos mecânicos (4,4 salários mínimos).

Também vale notar que a indústria contrata mais trabalhadores com nível superior do que a agricultura. De acordo com dados do IBGE, a participação de trabalhadores com nível superior na indústria é mais que o dobro que na agricultura. Por exemplo, 10,5% do total dos trabalhadores no setor industrial possuem nível superior, enquanto apenas 4,4% no setor agrícola. Neste caso, também há um hiato entre valores, onde o salário para nível superior é de 5,5 salários mínimos e de apenas 1,5 para nível básico. Além disso, não se pode deixar de considerar a capacidade de inovação e diversificação para outros mercados que os empregos oriundos de uma indústria competitiva costumam gerar.

Por fim, de porte destas evidências, uma narrativa mais equilibrada sobre o impacto da China no mercado de trabalho brasileiro deve ser considerada. Este ponto também é sustentado por uma análise de bem-estar social, onde, levando em conta o número de empregos gerados e perdidos e seus respectivos salários, verifica-se, à primeira vista, um balanço positivo. No entanto, estas novas evidências não apagam de todo os efeitos deletérios e, em certa parte, irreparáveis que a competição chinesa causou em alguns segmentos da economia.

Só não devemos achar que o impacto da China no emprego foi somente, e de todo, negativo.

---

Fonte: Valor Econômico

## Defasagens na política econômica (Samuel Pessôa – 08/10/2017)

*Samuel Pessôa é físico com doutorado em economia, ambos pela USP, sócio da consultoria Reliance e pesquisador associado do Ibre-FGV.*

\* \* \*

Laura Carvalho, na quinta-feira (5), sugeriu que não há evidências de que a aceleração do crescimento nos anos 2000 deveu-se à maturação das reformas liberalizantes iniciadas nos anos 90, que terminaram depois da saída do governo de Antonio Palocci, ministro da Fazenda do primeiro mandato de Lula.

Três são as dificuldades apontadas por Laura. A primeira é que levou muito tempo para que o longo ciclo de liberalização aparecesse no crescimento econômico.

A segunda é que o crescimento se acelerou ainda mais em seguida à mudança na formulação da política econômica, com a troca de guarda na Fazenda no início de 2006. E a terceira é que os efeitos negativos da alteração do regime de política econômica em 2006 sobre o desempenho da economia tiveram defasagem muito menor que as políticas liberalizantes.

Os seus questionamentos são válidos. Há limites à nossa capacidade de conhecer, principalmente em ciência social. Além disso, é difícil separar movimentos causados pelos nossos fundamentos domésticos daqueles decorrentes da dinâmica internacional.

A passagem do tempo, porém, reduz a incerteza. Parece-me ser quase consensual, por exemplo, a tese de que o milagre brasileiro é tributário das reformas liberalizantes do governo Castelo Branco.

Laura deveria acompanhar a pesquisa acadêmica sobre o impacto de várias reformas. João Manoel Pinho de Melo, Vinícius Carrasco, Juliano Assunção, Jacob Ponticelli e seus coautores publicaram diversos artigos nas mais respeitadas revistas acadêmicas internacionais mostrando o impacto das reformas no primeiro governo Lula sobre a produtividade de diversos setores.

Além disso, ao contrário do que afirma Laura, não há evidência de que o segundo mandato de Lula tenha implementado uma política de reajuste do salário mínimo mais ousada do que a de FHC ou a do primeiro governo do presidente petista.

Por fim, os trabalhos de João Manoel e Vinícius Carrasco mostram que o desempenho do Brasil no governo Lula foi inferior em diversos aspectos ao observado em países semelhantes no mesmo período. O crescimento no governo FHC, por outro lado, foi similar ao dos países da América Latina nos anos 1990.

Talvez melhor do que tentar convencer Laura seja compartilhar com o leitor a forma pela qual trato os questionamentos por ela levantados, que, como já mencionei, fazem todo o sentido.

A evolução da economia é mais bem analisada com base nas taxas médias reais anualizadas de crescimento em quadriênios. O pico de 4,7% ocorreu no quadriênio terminado em 2007. Posteriormente, inicia-se lenta desaceleração até 2,3% ao ano no quadriênio terminado em 2014. Ou seja, a desaceleração iniciou-se pouco mais de dois anos após a troca de guarda na Fazenda.

Reformas microeconômicas usualmente não geram impactos sobre o desempenho enquanto persistir desequilíbrio macroeconômico. Foi assim com as políticas liberalizantes do governo ditatorial de Pinochet no Chile e com Menem na Argentina. Em ambos os casos, o regime cambial —e, na Argentina, também o problema fiscal— impediu a decolagem da economia.

Com relação à assimetria —leva mais tempo para aparecerem os efeitos de boas políticas— é uma lei da vida. Vale para a díade construção e demolição, seja para uma obra de construção civil, seja para reputação, seja, ainda, para a política econômica e os seus impactos sobre o crescimento e a geração de emprego. Construir é mais difícil do que destruir.

---

Fonte: Folha de S. Paulo

## Brazil's congress starts to reform itself (05/10/2017)

\* \* \*

Brazilian election campaigns are costly affairs, featuring big rallies, glitzy television commercials and lavish leafleting. Presidential candidates criss-cross a country whose territory is bigger than that of the 28 members of the European Union combined. In 2014 candidates for the presidency, governorships, congress and state assemblies spent 5bn reais (\$2bn). Undeclared donations, mostly from companies, may have been twice that.

Brazilians have learned through the Lava Jato (Car Wash) investigations that companies expected favours from politicians in return. In 2015 the supreme court declared corporate contributions unconstitutional. This month Brazil's discredited lawmakers came up with a scheme to replace them. It is part of a broader rewriting of political rules ahead of national elections due in October next year. The changes are worthwhile, but do not finish the job of reforming Brazil's sleazy politics.

On October 5th congress voted to create a "special campaign-finance fund", which will have 1.7bn reais to spend next year. That comes on top of an existing "party fund" to pay administrative costs, which will have 1bn reais. Individuals may contribute up to 10% of their income to candidates. Candidates can spend millions of reais of their own money.

Congress also passed a constitutional amendment aimed at reducing the number of political parties in congress from the current 26. A "barrier clause" will reserve public financing and free television and radio time for parties that win at least 1.5% of the national vote or have deputies elected in at least nine states. The threshold will rise to 3% by 2030. From 2020, the amendment outlaws election alliances among parties that do not share a programme. Such alliances enable smaller parties to enter congress on the coattails of larger ones.

Legislators hope this will strengthen big parties and prompt small ones to merge. It should discourage the formation of the sprawling coalitions that wield power in Brazil, lessening the need for pork and patronage to hold them together.

At first, big parties will suffer most from the loss of corporate donations, says Jairo Nicolau, a political scientist at UFRJ, a university in Rio de Janeiro. Smaller ones could get more money. They lobbied successfully to apply the vote threshold to financing and free media, rather than making it a hurdle for entering congress, and to delay all the changes until after 2018.

People who are already famous will benefit at the expense of candidates who need cash to promote themselves. Evangelical parties, which have a loyal base of supporters, could make gains, says Filipe Gruppelli Carvalho of Eurasia Group, a consultancy. In 2018 presidential candidates with a large following on social media, such as Jair Bolsonaro, a right-wing populist, could do well.

But the new measures hurt more than they help small parties, and the pressure will grow over time. The deputies of parties that stand to lose access to money and media time may jump to bigger parties as soon as the month-long "party window", the political equivalent of football's transfer window, which starts on March 7th. Rodrigo Maia, the Speaker of the lower house of congress, predicts that the number of parties could eventually fall to six. Thiago Vidal of Prospectiva, a consultancy, expects a less drastic drop, to 13 by 2030.

Congress shied away from bolder measures, which might have made the legislature more representative and accountable to voters. It rejected proposals to divide statewide congressional districts into smaller ones. This would create closer links between congressmen and constituents. The senate has embarked on another attempt.

Congress has also so far failed to correct over-representation of small states in the lower house. São Paulo, the most populous, has one congressman for every 644,000 citizens; Roraima, the least populous, has one for every 65,000. Three-

quarters of Brazilians say they have lost confidence in their elected officials. To change their minds, political reform will have to go further.

---

Fonte: The Economist

## **O que abriu as portas para Bolsonaro? (Fernando Dantas - 10/10/2017)**

*Fernando Dantas Torres, é um empresário e político brasileiro. Foi vereador(2001–2004) e deputado estadual (2007–2011). É deputado federal pelo estado da Bahia (2011–atualidade).*

\* \* \*

O crescimento das intenções de votos para presidente em Jair Bolsonaro é, infelizmente, a maior novidade política no Brasil nos últimos anos. É um fenômeno que tem paralelos em outros países, como fica claro, por exemplo, na ascensão ao poder de Donald Trump nos Estados Unidos e Rodrigo Duterte nas Filipinas.

Todos os três são casos de extremismo populista e, embora Trump e Bolsonaro estejam clara e assumidamente na direita (já Duterte se diz de esquerda), na verdade são políticos que embaralham as noções ideológicas que prevaleceram nas últimas décadas.

O que caracteriza essas lideranças é que elas rompem completamente a peneira que o establishment e a elite política e socioeconômica tradicional tentam interpor entre a plena soberania popular e a ocupação dos mais altos cargos de direção de um país democrático, para tentar garantir os bons costumes – mesmo que muitas vezes de forma hipócrita e só no discurso e na aparência.

Para quem vê a história como um permanente conflito de interesses entre elites e massas, a ruptura de qualquer filtro entre vontade popular e exercício do poder deveria ser vista como positiva. Na prática, e paradoxalmente, pode-se desaguar em líderes políticos com um pé no fascismo, como é o caso dos três mencionados acima.

Bolsonaro, Trump e Duterte caracterizam-se por defender o que é considerado indefensável pelas elites bem pensantes (e aqui o termo é usado sem ironia). No caso do brasileiro, a ditadura, a tortura, as execuções extralegais, além do preconceito contra minorias. Já Trump namora abertamente grupos racistas que estavam marginalizados da política norte-americana e Duterte defende o assassinato ilegal de criminosos pela polícia.

Polarização ideológica aguda e desmoralização das elites são as portas de entradas de populistas profascistas nas correntes principais da política em países democráticos. A polarização – quando aceita, adotada e estimulada por grupos políticos relevantes – já é uma forma de desmoralização ao nível das ideias, do discurso e da prática política. É a situação em que o radicalismo insensato, a intransigência destrutiva e a irracionalidade desenfreada tomam o lugar do difícil exercício de negociação civilizada entre adversários, que é a alma da política democrática.

Por cima da polarização, a plutocracia e a perda de sintonia entre as elites e a as massas (caso tipicamente americano) ou a corrupção deslavada (caso brasileiro) completam o trabalho de criar um enorme fosso de desconfiança ou de franca hostilidade entre a maior parte da sociedade e as camadas dirigentes.

Destruído o respeito que a população sente pela estrutura de representação que existe para governar o país, desaparece também o freio institucional representado pelo aval (ou negação dele) das lideranças políticas tradicionais e das vozes moderadas que influenciam a opinião pública. Nesse colapso da respeitabilidade do establishment, políticos como Trump tomam de assalto grandes e históricos partidos, como o Republicano; ou, como no caso de Bolsonaro, arrumam facilmente legendas menores, oportunistas e prontas para o que der e vier, a partir das quais montam suas aventuras de poder.



Não se espere desse tipo de político qualquer racionalidade em termos de plataforma econômica, mesmo porque esta é uma área que não está no centro da sua preocupação. Populistas com tendências fascistas buscam primordialmente atizar ódios grupais e canalizar estas energias para, de forma crescente, fortalecer o seu poder e esmagar os adversários. Na economia, podem ser protecionistas, como Trump, ou estatistas, como Bolsonaro (pelo menos até anteontem), ao sabor dos seus preconceitos e de um coreografado desdém em relação ao conhecimento acadêmico e aos especialistas.

Diante da perspectiva de um retrocesso político, social e moral como o de um eventual governo Bolsonaro, entretanto, a questão econômica de fato cai para o segundo plano. Trata-se, no caso, de um conflito entre civilização e barbárie. Não existe nenhuma plataforma econômica que legitime as trevas na política.

---

Fonte: Estadão

## **Uma Análise de Oferta e Demanda para as Eleições de 2018 (Marcelo Kfoury Muinhos - 11/10/2017)**

*Marcelo Kfoury Muinhos é professor e coordenador do Centro de Estudos Macro Brasil da FGV-EESP.*

\* \* \*

Economista tem obsessão em analisar todos os contextos através de diagramas simples de oferta e demanda, pois assim pode se achar um preço e uma quantidade que equilibram o mercado. É perfeitamente possível aplicar uma análise parecida para as eleições de 2018. Nesse caso, a parte da oferta pode ser representada pela análise dos candidatos que estarão nas eleições e a demanda seria os desejos da população.

Geralmente, as análises são feitas em cima das características de cada candidato, as suas plataformas, a sua origem e a sua experiência e além disso como o eleitorado vai reagir a cada um. Portanto, partindo do lado da oferta. O analista político tem um retrato da situação de cada um com as pesquisas eleitorais, que mostram as intenções de voto, a rejeição, o grau de conhecimento e várias características dos candidatos, apresentando assim o potencial de votos de cada um. Portanto, baseada nessa análise dos nomes, fazemos um prognóstico para a eleição.

O meu ponto é que essa eleição vai ser diferente. A chave é analisarmos o que a população quer. Quem conseguir entender as demandas do eleitorado e empolgar as massas será o candidato vitorioso. Numa análise bem intuitiva, identifico três demandas básicas da população: recuperação econômica, moralidade da política e segurança pública.

A recuperação econômica, ora em curso, não será suficiente para amparar uma candidatura vinda do bloco de apoio do atual presidente. Podemos mesmo arriscar a dizer que essa é uma condição necessária, porém não suficiente para qualquer postulante entusiasmar o eleitorado. Se houver, qualquer abalo na recuperação vindo, por exemplo, de um problema externo, isso poderá ser uma pá de cal para candidatos, que estão no bloco de apoio de Temer. Por outro lado, apenas a recuperação não é suficiente para cacifar alguém como Henrique Meirelles.

A revolta da população contra os políticos no roldão das denúncias da Lava Jato aparentemente está sendo capturada pelo deputado Bolsonaro, que a princípio tinha uma agenda mais relacionada a segurança. Ele está ocupando o espaço do outsider, dada a sua retórica mais agressiva e posicionamentos mais ousados. Difícil de prever se a sua falta de traquejo em outras áreas como política econômica, política internacional e a sua própria falta de experiência em cargos executivos podem eventualmente minar a sua candidatura. A própria candidatura de Collor de Melo em 1989 também nasceu de uma agenda mais estreita de combate à corrupção e acabou vingando.

Outra grande incógnita é a presença de Lula no páreo, mas claramente a sua candidatura não vai ao encontro das demandas aqui levantadas, sendo muito mais uma manifestação da inércia de seu passado de maior líder popular da história recente do Brasil. De qualquer maneira, se não houver impedimento político, a presença do ex-presidente no segundo turno, olhando o quadro hoje, parece garantida. Porém, com exceção de uma polarização extrema como no choque com Bolsonaro, acho baixa as chances da eleição do Lula no segundo turno. A sua eleição seria um passo para trás nessa análise pelo lado da demanda, levando se em conta os desejos da população nas próximas décadas aqui identificados.

Várias questões como o financiamento do Estado, reformas importantes para destravar o crescimento devem ser discutidas. Portanto, há necessidade da escalação de nomes que ocupem uma agenda em termos políticos/econômicos mais equilibrada, para que a população possa agir de maneira mais racional para escolher o futuro do Brasil, não apenas manifestando a sua raiva contra a elite política brasileira. O voto não pode ser uma arma de vingança contra o status quo, mas sim uma escolha de um projeto político mais amadurecido e duradouro.

---

Fonte: Estadão